



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA DO CONTENCIOSO**

---

**Of.PROPAT/PGE nº 057240/2024**

Joinville, 24 de outubro de 2024.

**AUTOS DO PROCESSO Nº 5019027-44.2024.8.24.0018  
AUTOR(A/S): Ministério Público do Estado de Santa Catarina**

Senhor(a) Consultor(a),

Pelo presente, solicito a adoção das providências necessárias ao **cumprimento da medida cautelar proferida nos autos da ação penal em epígrafe** (cópia anexa), consistente em proibição de licitar/contratar com qualquer ente público no Estado de Santa Catarina, nos seguinte termos:

**Diante do exposto, com fundamento no art. 282, incisos I e II, c/c art. 319, inciso VI, ambos do Código de Processo Penal, suspendo parcialmente a atividade econômica dos denunciados Nasser Jorge Nunes Cabral, César Henrique de Oliveira, Erivaldo Costa de Oliveira, Paloma da Silva Freitas, Cristina de Moura Queiroz e Mayne Hoffmann da Silva Marques, a fim de proibir que os mencionados réus e qualquer empresa administrada ou representada por eles participe de licitações ou contrate com qualquer ente público em todo o Estado de Santa Catarina, durante o curso desta ação penal.**

Atenciosamente,

**CAMILA MARIA DUARTE  
Procuradora do Estado - OAB/SC 30.154**

**À Consultoria Jurídica da  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEA**  
*via pgenet*



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA DO CONTENCIOSO**

---

Of.NULIC/PROCONT/PGE                      nº                      062005/2024/2024.01.062548.  
Florianópolis, 18 de novembro de 2024.

ASSUNTO PRINCIPAL: PAT - Patrimonial - Residual  
AUTOS DO PROCESSO nº 5019027-44.2024.8.24.0018  
PROCURADOR VINCULADO: Artur Leandro Veloso de Souza  
AUTOR(A/S): Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Senhor(a) Consultor(a),

Com meus cumprimentos, por determinação do Procurador do Estado acima mencionado, referente à ação judicial em epígrafe, em resposta à manifestação de p. 173 do PGE.NET, requer seja incluída como data de fim da penalidade a data máxima permitida no CADPEN, sendo periodicamente observado se a ação penal ainda está curso e, havendo necessidade, seja diligenciado a esta Procuradoria-Geral do Estado eventuais dúvidas quanto à manutenção do cadastro.

Na oportunidade, reitero protestos de alta consideração.

Este Ofício deve ser cumprido no prazo de 05 (cinco) dias.

Jessé Alberto Schweitzer  
Assistente Jurídico



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA DO CONTENCIOSO**

---

Ilmo(a). Senhor(a)  
Consultor(a) Jurídico(a)  
SEA  
NESTA